Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra



» RACHEL BARROS
Ministra da Igualdade Racial

Seguimos de pés firmes, punho em riste e cabeça erguida na luta contra o racismo. Somos uma sequência de marcos históricos, que vão desde as lutas dos movimentos negros, à criação do primeiro órgão federal a planejar e executar políticas públicas de combate ao racismo, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), até o surgimento do Ministério da Igualdade Racial.

Escrevo para quem foi forjado para reconhecer e combater o racismo e para quem ainda não entende as raízes das lutas que nos moldam. O Brasil precisa ter orgulho, memória e respeito à existência do povo negro, porque justiça racial é parte estruturante de uma democracia plena.

Pessoas negras ainda enfrentam mais dificuldades no acesso a bens sociais em decorrência do racismo estrutural, enraizado em nossa sociedade há centenas de anos. Ele aprofunda as desigualdades e torna o pleno exercício da cidadania incompleto.

Quando o presidente Lula tomou a decisão de pavimentar os caminhos que foram abertos pela sociedade civil, levou-nos a processos que hoje, em 2026, culminaram em avanços na política de ações afirmativas, que, no ensino superior, permitiram o ingresso de mais de 4 milhões de estudantes negros e, no serviço público, ao marco histórico de mais de 40% de ingressantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e PCDs nos Concursos Públicos Nacionais Unificados; no aumentos da titulação de terras quilombolas, com o recorde tendo sido superado duas vezes nessa mesma gestão; ao estabelecimento de espaços de participação e controle social como as Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a institucionalização de marcos legais, como o Estatuto da Igualdade Racial e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) que, instituído em 2010 pelo Estatuto, hoje alcança 531 entes aderidos, frente aos 188 que encontramos em 2022.

Ao pensar sobre o quanto caminhamos, digo, com segurança, que continuamos a fazer essa conexão entre os avanços do passado recente, presente e futuro, deixando uma mensagem global, a partir de nossa presença também em espaços como o Fórum Permanente de Afrodescendentes e as COPs: ao valorizar a própria história, entendemos o presente e caminhamos com sabedoria rumo ao que ainda temos pela frente.

Somos as vozes de quem lutou por direitos iguais e que continua entre nós ao reescrevermos a história em traços de democracia, igualdade de oportunidades, respeito à identidade. Somos fruto daquilo que nossos pais semearam para que pudéssemos existir e ocupar espaços de poder e de liberdade.

Neste Dia 20, viva Dandara e Zumbi dos Palmares, Maria Felipa, Tereza de Benguela, Luíz Gama, Aqualtune, João Cândido! E viva o povo negro, por tudo o que fizemos, fazemos e faremos!

Maurenilson Freire/CB/DA Press



Tempos inéditos pedem medidas inéditas



» **TAINAH PEREIRA**
» ADRIANE PRIMO
» STEPHANE RAMOS
Respectivamente, coordenadora Política, coordenadora de Comunicação e coordenadora de Lideranças do Mulheres Negras Decidem

A cultura jurídica é atravessada pela história do Brasil, e está envolta por um projeto de país que meramente tangencia soluções para o que é essencial à vida da maioria da população brasileira. Não à toa, a crise ética que paira sobre o Supremo Tribunal Federal (STF), devido aos acúmulos de escândalos envolvendo abuso de poder e corrupção, colocou em evidência a necessidade urgente de uma reforma no Judiciário. O fato novo se soma a já conhecida disfuncionalidade do sistema de Justiça, particularmente quanto à interpretação de temas sensíveis para mulheres e na severidade penal imbuída aplicada de maneira desproporcional sobre corpos negros e periféricos.

Tais atravessamentos são obstáculos ao desenvolvimento da cidadania plena de grupos vulnerabilizados, especialmente mulheres negras. Refletem-se, igualmente, no lapso histórico na composição da Suprema Corte: em 135 anos, apenas três mulheres, e nenhuma delas negra, ocuparam aquela instituição. Esse é o retrato de um país que ainda não atingiu a democracia em sua totalidade. Mas também uma imagem que enuncia um futuro possível, uma vez reconhecido que a disputa feita pelo movimento negro brasileiro dentro dos espaços de poder e decisão é pela construção de um Estado comprometido com a justiça social.

Com a saída de Ricardo Lewandowski e Luís Roberto Barroso, a reivindicação por uma ministra negra no STF ganhou fôlego e tem assumido protagonismo na cena pública. No entanto, dois homens brancos foram indicados, Cristiano Zanin (2023) e Jorge Messias (2025), contrariando o apelo popular por uma composição que reflita o melhor a diversidade social brasileira (mulheres negras representam 28% da população, segundo o IBGE). A última indicação, feita em pleno 20 de novembro de 2025, Dia da Consciência Negra e apenas cinco dias antes da realização da II Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, foi rejeitada pelo Senado pela primeira vez na história e representou um escárnio com metade da população brasileira. O que nos leva também a questionar o rito de indicação, hoje pautada na confiança pessoal do presidente, que, pelo visto, não possui nenhuma mulher negra.

Importante ressaltar que, indicar uma mulher negra para o Supremo Tribunal Federal não se trata de uma medida afirmativa ou compensatória. Mas é parte de um processo de reparação histórica. Essa é a atitude esperada de um estadista que chega ao seu quarto e último mandato, após figurar uma trajetória política que, embora medida, dialoga com as lutas populares. Agora é o momento de radicalizar. E, assim, alavancar as transformações progressivas que estão em curso na base política que também ajudou a mobilizar — cada vez mais feminina, cada vez mais negra.

Nomes não faltam. Vera Lúcia Santana Araújo, Edilene Lobo, Livia Sant'Anna Vaz, Adriana Cruz, Karen Luise, Sheila de Carvalho, Soraia Mendes, Flávia Martins, Livia Casseres são magistradas que possuem todas as atribuições exigidas para assumir uma cadeira no STF, além de estarem comprometidas com as lutas do movimento negro. Este último atributo é de fundamental importância para que tenhamos um arcabouço discursivo capaz de sustentar a produção de decisões judiciais empenhadas no aprimoramento das instituições e na afirmação de direitos.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, colecionador de conquistas inéditas, deve investir mais energia e capital político na recomposição do Supremo Tribunal Federal. Nunca antes na história deste país mais de duas mulheres ocuparam ao mesmo tempo a função de ministra do Supremo. E, com pelo menos quatro indicações para fazer, é importante considerar não só a matemática do controle das contas públicas. As mulheres negras estiveram presentes na discussão e construção do texto constitucional e foram atrizes essenciais para a incorporação de direitos fundamentais da população, que consolidou o Poder Judiciário. Portanto, é preciso que haja uma revisão quanto à necessidade de inclusão de magistradas negras no STF. Estamos vigilantes e vamos cobrar daquele que teve mais oportunidades de indicar ministros para o Supremo Tribunal Federal que dê a justa parte da divisão do poder ao maior grupo demográfico do país. *#MinistraNegraJá!*

A diplomacia da foto



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

A força da fotografia consolidou-se como um dos instrumentos eficazes de dissuasão de conflitos no mundo moderno. Recordo uma foto de Winston Churchill, profundamente emocionado, sobre os escombros fumegantes da Câmara dos Comuns. Ainda durante a guerra, travou-se a discussão sobre como reconstruir o prédio do Parlamento britânico, bastante danificado pelos bombardeios nazistas. Churchill, então, recebeu três propostas: uma, modernização do plenário tradicional; outra, transferência do Parlamento para fora de Londres; e a terceira, de reerguer o Parlamento tal qual era, mantendo sua arquitetura original.

Churchill optou pela terceira via, fazendo apenas uma concessão simbólica: preservar, na entrada, o arco de pedra muito danificado pelas bombas nazistas e enegrecido pelo fogo, deixando o testemunho das feridas da Segunda Guerra Mundial. Hoje, conhecido como o Arco de Churchill, é uma impactante memória da guerra.

Mesmo com o avanço das novas tecnologias, a fotografia continuou a ter no mundo moderno uma influência muito grande na divulgação dos fatos políticos, nas reuniões de estadistas e na distensão dos momentos de crise que o mundo tem vivido.

Lembremos, aqui ainda falando da Segunda Guerra, que a fotografia célebre, que mais circula do fim daquele grande conflito, é aquela dos três líderes — Churchill, Roosevelt e Stalin — na Conferência de Yalta, na qual eles acertaram o mundo do pós-guerra.

Eu recordo, passando dos acontecimentos mundiais para os do nosso continente, a importância de uma fotografia minha e de Alfonsín, que marcou a distensão das relações entre Brasil e Argentina, levou à criação do Mercosul e, ao mesmo tempo, mudou as relações do Cone Sul.

Feita a transição democrática no Brasil e na Argentina, a primeira coisa que eu e Alfonsín fizemos foi nos reunir em Foz do Iguaçu para estabelecer uma nova convivência entre os dois países. Naquele momento, durante um café em Foz do Iguaçu, tive oportunidade de dizer a Alfonsín que estávamos ali, a poucos quilômetros da Barragem de Itaipu, que era um das catedrais da engenharia moderna do mundo inteiro, com suas câmaras gigantescas das turbinas, que a tornavam a segunda hidrelétrica do mundo, mas que não podíamos ir lá por causa dos problemas políticos que gerariam para ele na Argentina devido a essa grande obra construída entre Brasil e Paraguai.

Pois bem. Para surpresa minha e de todos nós, Alfonsín, o grande estadista que conheci e de quem me tornei amigo, respondeu que visitaria a usina naquele mesmo instante. Imediatamente, o pessoal da Segurança de Brasil e Argentina organizaram, de pronto, um dispositivo de cerimonial para a visita em segurança dos dois presidentes àquela obra.

Para lá nos dirigimos, eu e Alfonsín. Bateu-se a foto. No dia seguinte, a fotografia circulou o mundo inteiro, com grande efeito em Buenos Aires e no Rio de Janeiro. A partir dali estava quebrado o gelo sobre Itaipu e aberto o caminho para que a relação Brasil-Argentina mudasse e se consolidasse, o que agora estamos comemorando: 40 anos da Ata de Itaipu, na qual foram definidos os rumos que passariam a ter os dois países.

Também devo lembrar o quanto foi impactante a foto de Trump e Putin na reunião na Cúpula do Alasca, em 2025, em Anchorage, registrando a primeira visita do líder russo ao solo americano em uma década.

Agora, vemos com grande otimismo como a fotografia ainda contribui, nesses nossos dias, para o entendimento entre os homens. Cito o exemplo do registro fotográfico feito do encontro dos mandatários das três potências militares do mundo, China, Estados Unidos e Rússia, em busca de harmonia para os impasses comerciais e os graves conflitos, como os da Ucrânia, de Gaza, do Irã e de outros, espalhados pelo mundo inteiro.

É, sem dúvida, um avanço animador ver que os homens se aproximam, mesmo com suas imperfeições, suas idiossincrasias e a defesa legítima de seus interesses, em nome de um bem maior: a esperança de que a humanidade, enfim, possa entender-se em favor da paz. Esse é um sinal inequívoco de maturidade política. Razões de Estado levam os grandes homens a superar as distâncias em nome do ideal maior.

Nessa fotografia, os três grandes líderes expressam sensibilidade e lucidez e compartilham com o mundo inteiro que a aflição e o temor da guerra é um sentimento que pertence, igualmente, a todos nós.

Assim, a fotografia, tanto no presente como no passado, marca os fatos e contribui para o entendimento entre os homens e a paz na Terra aos que têm boa vontade.